SOS CORPO
Instituto Feminista para a Democracia

LEITURA CRÍTICA



AS MULHERES INDÍGENAS NA PANDEMIA DO COVID-19

2020 | LEITURA CRÍTICA MULHERES INDÍGENAS NA PANDEMIA DE COVID 19



INTRODUÇÃO 03

"O território não é só a terra, é o meio ambiente, somos nós. Nós não somos os guardiões da floresta. Nós somos a floresta!"

CENÁRIO DE DESMONTE DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL 06

O CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19 22

A SITUAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS 31

“Estou chorando e andando... Estamos de luto e lutando. Luto, luta, luto, luta. E parece que a gente não descansa, não para nunca”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS 43

REFERÊNCIAS 47

Introdução

"O território não é só a terra, é o meio ambiente, somos nós. Nós não somos os guardiões da floresta. Nós somos a floresta!"

Nara Baré, coordenadora da COIAB Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

No marco do IX Encontro Internacional Fórum Social Panamazônico 2020 (FOSPA), que ocorreu online desde Mocoa – Colômbia, em razão da pandemia do Covid-19 entre os dias 12 e 15 de novembro, constatamos a consolidação do modelo econômico colonial extrativista na região panamazônica e andina e, com indignação, nos somamos às vozes que denunciam as violências sobre os seus povos e a natureza. Entretanto, atentas a gravidade da situação que recai sobre a pluralidade das mulheres que habitam os nove países desse importante espaço-tempo e, inspiradas nas manifestações do 25 de novembro, Dia internacional de luta contra a violência sobre as mulheres, alertamos para os problemas vividos pelas mulheres indígenas na Amazônia Brasileira, neste contexto de reorganização do capitalismo colonial patriarcal no mundo e, de ainda mais subordinação do Brasil a ele, com o Governo Bolsonaro-Mourão[2].

Para nós, não se trata somente de visibilizar os impactos sobre os sujeitos feminilizados e racializados. **Queremos explicitar como este modelo é devastador dos corpos e dos territórios e se sustenta na depredação da natureza, mas também, na expoliação colonial do trabalho, dos corpos e das vidas desses seres humanos em particular.** Por isso, chamamos a atenção à especial situação em que as mulheres indígenas, negras, campesinas, quilombolas, caiçaras, ribeirinhas, etc., se encontram nesse grade território chamado Amazônia. Elas são um grão de areia, apesar de compor o universo que soma mais da metade da população no Brasil. Todavia, são delas, sobretudo, que se têm extraído ao longo dos anos, o alimento para a "máquina colonial" do extrativismo seguir contraditoriamente "moendo" nessa região, e são também sobre seus corpos, que os processos de reestruturação do capitalismo no mundo hoje, em si mesmos entranhadamente patriarcais e racistas, são sustentados.



Este documento é um pequeno registro dos vários abusos vividos pelas mulheres indígenas na Amazônia Brasileira nesses dois anos do Governo Bolsonaro-Mourão e, intensificados no contexto da pandemia do Covid-19. Ele foi elaborado a partir de dados secundários e estudos desenvolvidos por organizações indígenas (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB), indigenistas (Conselho Indigenista Missionário - CIMI e Instituto Socioambiental - ISA) e outras organizações da sociedade civil de direitos humanos (INESC). Entretanto, ele é fruto, sobretudo, da escuta das mulheres indígenas no interior das relações da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) ao longo dos anos e, em particular, do diálogo com a liderança Telma Taurepang, Coordenadora Geral da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB) e parceira deste movimento feminista.

Parte dessas reflexões integraram a denuncia feminista da AMB em parceria com a UMIAB, contra o Governo Bolsonaro-Mourão, por violações aos direitos das mulheres indígenas. Elas foram feitas ao II Tribunal Ético Panamazônico e Andino dos Direitos das Mulheres e da Justiça, realizado online no dia 28 de outubro, por 12 organizações feministas latinoamericanas no contexto do IX Encontro Internacional do Fórum Social Panamazônico (FOSPA) 2020[3]. Seu foco são as injustiças socioambientais

praticadas contra as mulheres indígenas dessa região e serão apresentas a partir de uma rápida abordagem da conjuntura de desmonte dos direitos dos povos indígenas no Brasil, pontuando o contexto da pandemia do Covid-19 no país e, concluindo com uma breve reflexão sobre a situação das mulheres indígenas na Amazônia Brasileira no cenário do Governo Bolsonaro-Mourão e da pandemia do coronavírus.

Concordando com a liderança indígena Ana Baré, sobre serem as mulheres indígenas a própria floresta, no cenário panamazônico e andino os corpos das mulheres, em especial os das indígenas, são o primeiro território dessa "nova" disputa por hegemonia, do velho capital colonial patriarcal. A Amazônia e as mulheres que ali vivem são fundamentais aos processos de apropriação e exploração exigidos pelos novos contornos da divisão internacional do trabalho, em si mesma estruturalmente patriarcal e racista.

Assim, como mulheres não indígenas e feministas antirracistas e anticapitalistas, unimos nossas vozes aos gritos das mulheres indígenas da Amazônia Brasileira, esperando que esses breves registros possam servir de acúmulo à luta por um Bem Viver não somente à esse conjunto da população brasileira, mas a todos os povos dos campos, águas, florestas e cidades de toda a pachamama como um ser que pulsa e é vivo.

Pela vida das mulheres indígenas, pela vida do planeta Terra, defendemos a Amazônia!



Cenário de desmonte dos direitos dos povos indígenas no Brasil

Uma série de medidas executivas e legislativas de iniciativa do Governo Bolsonaro-Mourão, frontalmente contrárias aos direitos originários dos povos indígenas, não deixam dúvidas entre quem defende os direitos humanos no Brasil, para além do próprio movimento indígena, de que sua política, explícita e ostensivamente anunciada durante a campanha eleitoral, e mesmo antes, nos seus 28 anos de parlamentar no Congresso Nacional[4], **é uma política de destruição intencional e sistemática dos modos de vida e da cultura dos povos indígenas,** como bem qualificou o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)[5] ou, um governo de depredadores e destruidores da vida, como afirmou o CIMI.

Mais ainda, ela expressa nitidamente a irracionalidade e/ou a vontade colonial baseada no descarte físico, dos corpos e dos territórios indígenas, com tudo que neles há, florestas, águas, ar, animais, pessoas, etc., bem como no descarte do seu universo simbólico - saberes ancestrais, modos de fazer, de produzir e de conviver com as pessoas e a pachamama. Isso para justificar as razões estratégicas e o próprio plano de morte aos povos indígenas, com a espoliação dos seus territórios tradicionais e bens naturais, pela imposição do extrativismo financeiro, consolidado neste governo como matriz da economia, ele mesmo capitalista racista e patriarcal.

O que estamos testemunhando desde o primeiro ano do Governo Bolsonaro-Mourão em 2019 é a **usurpação dos direitos dos povos indígenas em todo o país, com a intensificação da expropriação de seus territórios tradicionais, seja pela destruição e mercantilização dos bens naturais neles contidos** (desmatamentos, queimadas, invasões, grilagem de terras que deveriam ser preservadas, loteamentos, exploração de madeiras, caça e pesca predatória e, outras espécies nativas, além de minérios), **seja pela imposição da agropecuária pelo agronegócio, com as culturas de soja, milho e pecuária** (pastagem de gado); **seja ainda, pela exploração e poluição dos solos, águas e ar, com a utilização de agrotóxicos, grandes empreendimentos e projetos de infraestrutura** (hidroelétricos, rodovias, barragens, etc.), **além dos inúmeros incêndios criminosos das florestas.**

Mas, esta violência colonial não se expressa apenas no nível do esbulho

territorial. Relatório Violência contra os Povos Indígenas do Brasil – Dados 2019, lançado no mês de setembro pelo CIMI[6], descreve a profundidade da colonialidade que assenta o programa de morte aos povos indígenas neste momento no Brasil. É muito nítido o viés assimilacionista em todas as políticas adotadas pelo Governo Bolsonaro-Mourão na relação com esses povos. O desrespeito à pluralidade e multiculturalidade de seus universos é parte de sua tônica. **Nesse sentido, o ataque à soberania dessas populações também acontece pelo desprezo às suas diferenças, desde a desconsideração das especificidades e diferenciações dos processos de educação, saúde, alimentação, etc.**, à adoção de um discurso aparentemente "neutro", que serve apenas para negar tais singularidades e se omitir de medidas de preservação da cultura e prevenção aos "males" desta época, como a pandemia do novo coronavírus.

Para tanto, o Governo Bolsonaro-Mourão se utiliza das mesmas dualidades míticas que caracterizaram os discursos eurocêntricos em torno da civilização e da barbárie, justificadores da dominação colonial das Américas a partir do século XVI, para desqualificar os/as indígenas e suas formas organizativas no século XXI, como sujeitos de direitos e assim, desapossá-los/as de seus territórios tradicionais (materiais e simbólicos) para o capital patriarcal racista. E é através da objetificação e/ou desumanização desses corpos, tratando-os como problema a ser descartado e, da desvalorização de suas formas e processos de produção, negando também o seu trabalho, com o resgate de estigmas de improdutivos, arcaicos e preguiçosos, que os povos indígenas também são destituídos de sua condição de sujeitos de direitos para serem integrados à sociedade e, expropriados de suas terras ancestrais, em proveito das empresas extrativistas.

Apesar desse ataque se dar simultaneamente e em várias frentes, **a paralisação das demarcações e o questionamento das áreas indígenas já demarcadas parecem ser os casos mais emblemáticos desta política. A primeira ação do Governo Bolsonaro-Mourão foi uma reforma administrativa, por meio de medida provisória** (destacamos o tipo de legislação porque, em sendo ela um ato unipessoal do presidente da república, de efeito imediato e que prescinde da aprovação do Congresso para isso, a frequência com que é utilizada expressa bem o viés autoritário do chefe do executivo), **para impedir a continuidade das demarcações, retirando-as das atribuições do Ministério da Justiça (MJ) e transferindo-as ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sob o comando do agronegócio.**

Depois, também tentou transferir a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão responsável pela política indigenista, do MJ para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, onde ficaria sob os desmandos



de uma ministra que já foi pastora missionária em terras indígenas, acusada de sequestro a uma criança indígena Kamayurá, do Parque Indígena do Xingu (MT)[7] e que afirmou no seu discurso de posse, "o Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã", afrontando não comente o princípio da laicidade que deve regular a ação pública como, sem dúvida nenhuma, viabilizando os objetivos assimilacionistas deste governo. Felizmente, essa estratégia foi impedida no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal (STF), que a julgou improcedente.

Ainda assim, **o desmonte da política indigenista seguiu acelerado:** nomeação de pastores evangélicos, representantes do agronegócio, delegados da política federal, militares aposentados, servidores/as e assessores/as anti-indígenas para lugares estratégicos na FUNAI e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); emissão de medidas administrativas internas para impedir a ação de técnicos/as (como a interdição às visitas e atendimentos aos territórios indígenas não regularizados); cortes no orçamento de pessoal e atividades finalísticas, como as ações de fiscalização (proteção ambiental e combate ao desmatamento), causando aumento do desmatamento, queimadas e conflitos nas áreas (o ano de 2019 registrou o maior número de assassinatos de indígenas dos últimos 11 anos); tentativa de extinção dos espaços de participação e controle social das políticas, como o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), que não se reúne desde o golpe institucional em 2016 (esta medida foi suspensa pelo STF, mas até hoje suas atividades não foram retomadas, mesmo com orçamento alocado) e, dentre outras, desmantelamento da política de proteção aos povos indígenas livres ou em situação de isolamento voluntário, onde estão as terras mais preservadas do planeta[8].

Importante destacar que no Brasil, os povos indígenas representam uma população em torno de 820 mil pessoas, de 305 etnias e 274 línguas diferentes, das quais, cerca de 500 mil vivem em zonas rurais e o restante (40%), nas periferias empobrecidas das cidades, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). São aproximadamente 1.296 terras indígenas existentes no país, ocupando 13% do território nacional, dos quais 98% estão encravadas na Amazônia Legal[9], segundo o ISA, território onde também se encontra o maior número dos povos indígenas isolados já registrados (114).

Dados do CIMI, que registram 1.298 TI's no país, apontam que em 2019 houveram 256 casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio, em pelo

menos 151 terras indígenas de 143 povos em 23 estados, um aumento de 134,9% em relação a 2018.

Houveram também 829 situações de omissão e morosidade na regularização das terras. Das 1.298 terras indígenas, 829 (63%) apresentam alguma pendência do Estado para a finalização da regularização fundiária e, dessas 829, pelo menos 536 (64%) não tiveram nenhuma providência adotada por ele. Em razão disso, os conflitos territoriais aumentaram para 35 casos contra 11 em 2018, assim como as ameaças de morte, que passaram de 8 para 33 casos em 2019 e, os suicídios, 133 ao total em 2019 (32 a mais que em 2018).

Na sua política de obstrução e reversão das demarcações, ficou evidente que o Governo Bolsonaro-Mourão não somente não demarcou "1 cm de terras indígenas", como prometido durante sua campanha eleitoral, como inviabilizou demarcações já realizadas, devolvendo à FUNAI 27 processos de demarcação para revisão, só no primeiro semestre de 2019[10]. Isso foi feito com base numa medida administrativa, o Parecer nº 001/2017 emitido pela Advocacia Geral da União (AGU) durante o governo golpista de Michel Temer[11], que confronta diretamente a Constituição Federal (CF/1988). Segundo o CIMI, esta medida foi fruto das negociações entre o então presidente Temer, envolvendo interesses de setores como os ruralistas, para evitar que as denúncias de corrupção feitas contra ele, pela Procuradoria Geral da República (PGR), fossem aceitas pela Câmara dos Deputados[12].

O Parecer "antidemarcação" ou "do genocídio" como ficou conhecido entre os/as indígenas, restringe as demarcações de terras indígenas com base em condicionantes usados no polêmico caso da demarcação da TI Raposa Serra do Sol em 2009, que não é vinculante para outros casos e, da tese do "marco temporal" segundo a qual os povos indígenas somente teriam direito a demarcação de terras que estivessem comprovadamente sob sua posse na data da promulgação da Constituição Federal (05.10.1988). Esta tese vai de encontro a utilizada pelo movimento indígena e assimilada pela própria CF/1988 no seu art. 231[13], de que o direito dos povos indígenas à demarcação de seus territórios é um direito originário, anterior inclusive ao próprio Estado ("tese do indigenato") e não, a partir do marco da CF/1988 como querem os ruralistas.

Infelizmente, mesmo sob questionamento no âmbito do STF e não sendo um argumento vinculante, os movimentos indígenas e indigenistas denunciam que ela continua sendo usada largamente pela FUNAI, inclusive, para abandonar a defesa de povos indígenas em ações judiciais que questionam seus direitos à terra (reintegração de posse e anulação de demarcação).


GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
TERRA PROTEGIDA
ACESSO INTERDITADO A PESSOAS ESTRANHAS,
ARTIGO Nº 231 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
ARTIGO Nº 18 & 1º LEI Nº 6.001/73
ARTIGO Nº 161 DO CÓDIGO PENAL.

Além disso, o incentivo à disposição das terras indígenas às iniciativas privadas é ainda mais reforçado com a Instrução Normativa nº 09/2020 que, afrontando a CF/1988, autoriza a FUNAI a emitir títulos de propriedade para invasores das terras indígenas, até mesmo àquelas TI's que já estão numa etapa mais avançada do procedimento administrativo de demarcação.

O valor irrisório do orçamento destinado às políticas indigenistas é outro indicador grave do desmonte dessa política. Apesar de termos 829 terras indígenas com pendências de regularização e, pelo menos 13% da superfície do país ocupada por elas, incluindo a Amazônia Legal, o orçamento da FUNAI representa apenas 0,02% do orçamento da União, um montante aproximado de 600 milhões de reais por ano, dos quais 70% é para despesas com pessoal, segundo dados do INESC[14]. Além das fragilidades programáticas já mencionadas, do ponto de vista de sua sustentabilidade financeira, este órgão não somente vem sofrendo redução de recursos há mais de uma década, com cortes no item pessoal e encolhimento das atividades finalísticas, como está sujeito às medidas de congelamento do teto dos investimentos sociais, pela conhecida "emenda da morte" (EC 95/2016) aprovada após o golpe institucional e, de contingenciamento de recursos ao longo do ano, comprometendo consideravelmente a realização progressiva dos direitos indígenas.

Em 2020 essa situação se agravou ainda mais porque o orçamento autorizado da FUNAI (625 milhões de 673 milhões de reais) é ainda menor, já que a outra parte dele (129,6 milhões de reais) depende de medidas legislativas por conta da EC 95/2016.

Relevante lembrar que o Plano Plurianual (PPA) é um dos principais instrumentos do planejamento orçamentário dos entes do Estado, onde objetivos, metas e programas são elaborados com vistas a garantir a implementação progressiva dos direitos da cidadania pelos governos. As disputas em torno dele revelam as disputas vividas no interior da sociedade, assim como as desigualdades que a estruturam. Logo, para ser um instrumento equalizador das injustiças, ele deve revelar o compromisso dos governos com a progressão dos direitos, a priorização dos grupos mais vulnerabilizados, a transparência e a participação social. 2020 é o ano de elaboração do orçamento deste governo federal para os próximos quatro anos (PPA 2020/2023). Sendo um governo de morte, não temos dúvida de que esta será mais uma estratégia de destituição das políticas e dos direitos. Sua balança certamente não penderá para o lado dos povos indígenas.

Outra ameaça muito forte e, na linha da integração, é a flexibilização e regulamentação de legislações ambientais, por parte do Governo Bolsonaro-Mourão,

para viabilizar que atividades econômicas (garimpo, exploração de água, madeira, etc.) possam ser realizadas por terceiros nas terras indígenas, e não, pelos próprios indígenas, como parte da autonomia produtiva das comunidades.

É o caso do Decreto nº 10.341/2020 que institui a Operação Verde Brasil 2, esvaziando a política ambiental e atribuindo aos militares o controle ambiental, a MP nº 870, que tentou deslocar a competência das demarcações de terras indígenas do MJ para o MAPA e, a MP nº 910/2019 ("MP da grilagem"), reeditada no PL nº 2.633/2020 em trâmite no Congresso Nacional, que permite que terras públicas desmatadas se tornem propriedade de quem as ocupou e desmatou ilegalmente. Ou seja, que premia os grileiros, sob o argumento de estar regularizando as propriedades de agricultores que "produzem e ocupam terras da União de forma mansa e pacifica", além de outras medidas administrativas que só alinham as instituições públicas aos interesses do empresariado extrativista.

Como consequência, aumentou exponencialmente o grau de desmatamento, as queimadas/incêndios criminosos na Amazônia Legal, com grande impacto sobre esses territórios tradicionais. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) apontam que a última década registrou a maior taxa de desmatamento, crescendo em 34% entre agosto de 2019 (ano em que o aumento já foi de 50%) e julho de 2020 na Amazônia. Nesse período foi queimada uma área equivalente a 6 vezes a cidade de São Paulo nessa região - 9,2 mil km², com estimativa de que crescerá para 15mil Km² ainda este ano, sendo o Pará o estado mais atingido.

Estudos, como o do MapBiomas Alerta indicaram que mais de 99% dos desmatamentos no Brasil em 2019 estiveram relacionados a alguma ilegalidade, ou seja, foram realizados sem autorização legal e/ou em áreas proibidas (unidades de conservação, terras indígenas ou áreas de preservação permanente)[15], com fins de especulação e grilagem de terras públicas para exploração predatória de madeira, garimpo, etc.

Segundo o ISA, o desmatamento aumentou em 80% nos territórios indígenas demarcados e 113% nos TI's dos povos em isolamento voluntário entre julho de 2018 e 2019. Foi o maior registrado em 11 anos, com 42,6 mil hectares de árvores derrubadas em 115 terras indígenas. Todavia, até abril deste ano já foi registrado um percentual de 64% de aumento desse crime nas áreas indígenas, principalmente nas dos povos Munduruku e Sai Cinza (PA) para fins de garimpo.

Lembramos que ainda em 2010 o Ministério de Minas e Energia (MME) do último mandato do Governo Lula, publicou o Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM 2030) com metas para quintuplicar a mineração no Brasil e a regulamentação da atividade, especialmente os marcos para a exploração de minérios nas áreas com restrições legais, como os territórios indígenas e as áreas de conservação ambiental. Esta é outra atividade que ameaça os direitos dos povos indígenas a seus territórios ancestrais. Dados do INPE indicam que até abril deste ano, 72% das áreas desmatadas na Amazônia para garimpo ilegal foram em terras protegidas, como as indígenas, e que essas áreas, dentro dos TI's na região aumentaram em 13,4%.

Segundo o ISA, somente na Amazônia Legal, que concentra 98% dos TI's do Brasil, existem 4.777 processos de requerimento de minério sobre 177 territórios indígenas entre 1969 e 2016. Somente no Pará foram outorgados 2.357 títulos entre autorização para pesquisa e lavra.

A área de maior pressão do garimpo ilegal é o TI Yanomami, entre os estados de Roraima e Amazonas, onde já há aldeias com 92% de seu território contaminado com o mercúrio utilizado na exploração de ouro[16] e onde, estimativas do Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'Kwana apontam que há cerca de **20 mil garimpeiros operando ilegalmente no território**, nesse contexto de pandemia, sendo o principal vetor da doença.



O recente relatório elaborado por pesquisadores e líderes Yanomami e Ye'Kwana chamado "Xawara: rastros da Covid-19 na Terra Indígena Yanomami e a omissão do Estado" aponta que a pandemia avançou 250% em três meses no território Yanomami e que "é o garimpo ilegal que está levando essa nova xawara [doença] para dentro da floresta"[17].

Para os povos indígenas, a Amazônia não é somente o pulmão do mundo, mas também o seu coração. Hoje, mais que nunca, ela representa a possibilidade de equilíbrio climático do planeta, pela capacidade de seu ecossistema absorver e armazenar o gás dióxido de carbono (CO^2). Como suas florestas são geralmente úmidas, as queimadas são o indicativo de outro grande problema - o desmatamento. Então, quando suas árvores são cortadas e depois queimadas, este ecossistema não somente perde sua condição de desempenhar a função de atenuar os efeitos das mudanças climáticas, como se torna, ela mesma, fonte de emissão de CO^2, impactando no aumento da acidez das águas e no efeito estufa, que gera aquecimento das temperaturas do planeta como um todo.

Monitoramento do INPE aponta que na última década, o Brasil vem intensificando os incêndios criminosos, principalmente na Amazônia.

E neste ano de 2020, vivemos o "segundo pior setembro de queimadas" dos últimos 10 anos. Foram registrados mais 32.017 focos de calor na Amazônia, um incremento de 60% em relação a 2019, que já havia tido índices recordes em relação aos anos anteriores. A região mais atingida foi a do Pantanal, curiosamente, a maior planície alagada do planeta, localizada na região do Cerrado, no Centro-Oeste do país, cujo aumento dos focos chegou a 220% este ano[18].

Grandes áreas de terras indígenas também foram bastante atingidas e isso vem crescendo ao longo dos anos. Dados do mesmo Instituto apontam que em 2019 os focos de incêndio nos TI's aumentaram 87% em relação a 2018, foram 16.680 queimadas (8.942 em 2018), 347 TI's afetadas dos quais 272 são em territórios regularizadas.

Neste ano, o bioma com maior aumento de foco em TI's também foi o Pantanal, eles queimaram sete vezes mais que em 2018. Somente no estado do Mato Grosso do Sul, que ocupa a maior parte do Pantanal, registou-se 452% de aumento dos focos nas TI's. Além disso, chamou a atenção o aumento de 52% de focos nas terras dos povos indígenas em situação de isolamento (foram 207 focos, 4 das 6 terras destes na Amazônia, foram queimadas).



Somente no estado do Mato Grosso do Sul, que ocupa a maior parte do Pantanal, registou-se 452% de aumento dos focos de incêndio nas Terras Indígenas.

Mais grave ainda é a invisibilidade sobre a extensão do problema. Informe do CIMI aponta que há no país, 528 terras indígenas reivindicadas como área de ocupação tradicional pelos povos, todavia, sem nenhum encaminhamento por parte da FUNAI. Muitas dessas áreas foram afetadas pelas queimadas, todavia, permanecem invisíveis porque não estão demarcadas.

Em 2020, dados do mesmo Instituto registraram um aumento de 24,8% nos focos de incêndio nas TI's em Rondônia até setembro[19]. Mas a área mais atingida neste ano foi a do Mato Grosso, no Pantanal, onde está encravada a terra indígena Xingu, a mais impactada pelo fogo. Foram 102.918 mil hectares de terras queimadas segundo o Instituto Centro de Vida (ICV), os focos detectados de janeiro a setembro superaram em 155% os registrados no mesmo período em 2019[20].

Já o Informe Tridimensional Queimadas e Desmatamentos em Territórios com Registros de Povos Indígenas em Situação de Isolamento, uma iniciativa de mais de 20 organizações indígenas e da sociedade civil que integram o Grupo de Trabalho (GT) Internacional sobre os Povos Indígenas em Situação de Isolamento e Contato Inicial (GT PIACI)[21], chama a

atenção para o grave impacto sobre esses povos que, além de terem os territórios mais preservados do planeta invadidos, correm risco de extermínio, pois ao procurarem novas áreas para sobreviver, em razão das queimadas e invasões de seus territórios por grileiros, mineradores, agronegócio, etc., enfrentam abordagens de populações vizinhas e contato direto com o Covid-19 e outras doenças, das quais não têm imunidade.

Segundo o CIMI, pelo menos 24 terras indígenas com registro de presença de povos em situação de isolamento voluntário estão invadidas por madeireiros, garimpeiros, grileiros, caçadores, pescadores ilegais e extrativistas. No país, há registro de presença de 114 povos em situação de isolamento, todavia, a FUNAI confirma apenas 28, e todos são considerados obstáculos ao modelo de desenvolvimento do país.

Enquanto as terras ardiam em chamas e o governo nada fazia, os povos indígenas no Brasil se organizaram para frear, eles mesmos, com apenas seus corpos e quase nenhum equipamento ou formação, os males que atingiam suas casas. Pelo menos 39 brigadas indígenas vinculadas ao Programa PrevFogo do IBAMA foram organizadas pelos próprios indígenas para combater as queimadas em 31 TI's durante os focos em 2019, segundo a Coordenação Operacional Nacional (Cimon).

Em 2020 além do corte significativo de orçamento para esta ação no IBAMA (de 40,6 milhões de reais empenhados em 2019 para 18,6 milhões em 2020), essas brigadas foram formadas com muitos meses de atraso pelo governo, favorecendo as situações ilegais e, obrigando os/as próprios/as indígenas a atuarem diretamente na defesa de seus territórios.

Foi o que ocorreu com os indígenas Erisvan Guajajara de apenas 15 anos de idade e Paulo Paulino Guajajara, este último, Guardião da Floresta do Povo Guajajara do Maranhão, como são conhecidos os indígenas que fazem a vigilância dos territórios contra os invasores, e primo de Sonia Guajajara, coordenadora da APIB, num total de 6 homicídios em 2019 apenas deste povo.



Relevante também destacar que as mortes atingiram também não-indígenas que se ocupavam da proteção dos direitos dos povos indígenas. Foi o caso da morte de Rieli Franciscato, chefe da Frente de Proteção Etnoambiental da FUNAI, responsável pela proteção dos povos indígenas isolados. Ele foi ferido com uma flecha por estes e não resistiu, na ocasião em que tentava evitar um conflito entre eles e não-indígenas quando, por conta das invasões e queimadas, aqueles procuraram outros territórios para sobreviver, no mês de setembro.

Relatório do CIMI 2020 aponta que as violências praticadas contra os indígenas e suas comunidades estão diretamente associadas à disputa pela terra e que, em 2019 houveram 113 casos de assassinatos, 33 de ameaça de morte, 20 homicídios culposos, 24 tentativas de assassinatos e 10 casos de violência sexual contra mulheres indígenas, totalizando 276 casos de violência, mais que o dobro observado em 2018, que foi de 110 situações/casos.

O mais irônico foi o presidente responsabilizar, criminalizar e perseguir as organizações ambientais e os povos indígenas pelos incêndios criminosos, e trocar os serviços do INPE por uma instituição privada, quando este apontou a verdade sobre os fatos, ou seja, a de que “as queimadas foram usadas para limpar áreas desmatadas para o cultivo do agronegócio (soja e gado)”.

Outros crimes também ocorreram no litoral brasileiro e impactaram gravemente outros biomas onde estão encravados vários povos indígenas na região Nordeste e Sudeste, chegando até a algumas áreas da Amazônia. Referimo-nos a um grande derramamento criminoso de petróleo cru que ocorreu em agosto de 2019 e se estendeu até o final daquele ano por toda a costa brasileira, adentrando inclusive nos leitos de alguns rios, como o Delta do Rio Parnaíba, uma área de proteção ambiental (APA) localizada entre os estados do Ceará, Maranhão e Piauí, e que funciona como uma ponte entre a Mata Atlântica e a Amazônica[22]. Esse crime socioambiental atingiu diversas comunidades tradicionais, desde as pesqueiras, marisqueiras, ostreiras, etc., até os territórios indígenas, afetando não somente a economia formal e o turismo, mas a saúde, o trabalho e a soberania alimentar dos povos que vivem da pesca artesanal, em sua maioria, mulheres e empobrecidas/os[23].

Tudo isso aconteceu sem que também o Governo Bolsonaro-Mourão adotasse qualquer medida que pudesse, a tempo, enfrentar o problema com responsabilidade, mesmo diante da denúncia de vários movimentos sociais, especialistas, ambientalistas e organizações internacionais. Passados mais de um ano, as autoridades brasileiras ainda não apresentaram à sociedade informações sobre o que, de fato aconteceu; como aconteceu; quem foram os responsáveis e, muito menos, a extensão do problema e das consequências. A única certeza é a de que os impactos negativos de curto prazo desse crime já estão sendo suportados pela sociedade em geral, mas em especial, pelas populações tradicionais, como os povos indígenas, e pelas mulheres que vivem das águas até os dias de hoje.

Adiciona-se ao processo de desmonte das políticas indigenistas e da perda gradativa da preservação e sustentabilidade ambiental, o problema da falta de acesso à saúde e a soberania alimentar da população. O Governo Bolsonaro-Mourão liberou 474 novas substâncias tóxicas (agrotóxicos) usadas no cultivo de alimentos em 2019 e, em março deste ano, autorizou mais 22 novas substâncias, somando-se 150 só no primeiro semestre de 2020, algumas, inclusive, proibidas na União Européia (clorotalonil, glufosinato e a ametrina)[24].



Para esses povos, a soberania alimentar está muito ameaçada pelo uso desenfreado dessas substâncias agrotóxicas nas áreas próximas aos territórios indígenas e, pelo consumo desses alimentos, que influenciam completamente seus hábitos alimentares. Todavia, não se restringe a produção e consumo de alimentos com agrotóxicos. Para esses povos, a soberania alimentar está diretamente ligada a autonomia produtiva, ou seja, à manutenção da cultura de cada povo plantar seus próprios alimentos e, ao usufruto da terra e água saudável. Entretanto, isso exige a soberania de seus territórios que, somente será possível, com a regularização fundiária de suas terras tradicionais.

Um exemplo disso são os problemas enfrentados pelo Povo Indígena Guarani Kaiowá na região do Centro-Oeste e Sul do país e, o do Povo Mundurunku no Norte que, expulsos de suas terras tradicionais pelo agronegócio, são obrigados a viver às margens de rodovias ou têm suas terras e rios contaminados pela pulverização dos agrotóxicos. Eles são constantemente vítimas das pulverizações realizadas nos latifúndios vizinhos, a poucos metros de suas casas e roças, e são impedidos de plantar suas culturas, pela infertilidade da terra ou falta de terra suficiente, já que foram obrigados a resistir numa estreita faixa de terra às margens de rodovias, além da contaminação da água.

A desestruturação da saúde indígena, por sua vez, se inseriu no processo de desmonte do SUS em nível nacional. Baseado nas ideias higienistas e genocidas do Governo Bolsonaro-Mourão, este tentou desmantelar o caráter especial e diferenciado da política de saúde indígena, uma das principais conquistas das lutas desses povos.

Já no seu primeiro ano, medidas foram adotadas para extinguir a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), diminuindo o orçamento; extinguindo o Fórum de Presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena (CONDISI), principal espaço de participação e controle social da política de assistência aos povos indígenas; inviabilizando a discussão e aprovação da política nacional de saúde indígena; suspendendo os convênios com prestadores de serviços de saúde e, sugerindo a criação da Agência Nacional de Saúde com atribuição de privatizar as ações e os serviços.

Mas, uma medida que teve grande impacto sobre os povos indígenas foi a extinção do Programa Mais Médicos, que fazia o atendimento da saúde básica, principalmente nas aldeias indígenas, onde respondia por 56% dos postos de atendimento. Apenas esta medida impactou diretamente no aumento de 12% da mortalidade dos bebês indígenas. Foram 530 bebês de até 1 ano de idade, de janeiro a setembro de 2019 (último mês com estatísticas disponíveis no Ministério da Saúde - MS). Essa situação só se agrava quando pensamos que os povos indígenas têm diversos indicadores de saúde piores que a média da população em geral (suicídio, desnutrição, mortalidade infantil e até algumas doenças contagiosas que já foram praticamente controladas no país, como a tuberculose)[25].



Cenário de desmonte dos direitos dos povos indígenas no Brasil

“Em tempos de pandemia a luta e a solidariedade coletiva que reacendeu no mundo só será completa com os povos indígenas, pois a cura estará não apenas no princípio ativo, mas no ativar de nossos princípios humanos”.

(Trecho da Carta Final da Assembleia Nacional da Resistência Indígena de 2020)

Mesmo havendo informações de que o novo coronavírus já circulava no Brasil desde o início de 2020, nenhuma medida ou planejamento de saúde pública, que orientasse a população em geral para lidar com o vírus do Covid-19 foi preparado pelo Governo Bolsonaro-Mourão.

Quando a pandemia já estava instalada e com alto índice de mortalidade no país, o Estado se organizou para enfrentar a “primeira onda” do novo coronavírus, protegendo as classes mais favorecidas com a garantia do isolamento social e da urgência das ações.

Por sua vez, os governos estaduais e municipais, por iniciativa própria, se planejaram minimamente para enfrentar o problema nos seus territórios, mesmo sem nenhum apoio federal.

Observação do CIMI aponta que mesmo em isolamento, o empresariado não perdeu seus negócios, trabalhos e lucros. As corporações, especialmente as de alimentação, materiais de higiene e tecnologia, seguiram funcionando a todo vapor e lucrando, a medida em que os itens da cesta básica e os equipamentos eletrônicos duplicaram ou até triplicaram de valor durante a pandemia, mesmo a produção e o consumo não sendo atingidos, e ainda que os trabalhadores/as, obrigados/as a não ter quarentena remunerada, foram mantidos trabalhando contaminados/as.

Se, para a sociedade em geral, a vivência da pandemia foi e está sendo uma experiência de muito empobrecimento, perdas e sacrifícios, para os povos indígenas essa realidade é ainda mais cruel.

Estes povos são uma parcela da população com baixa imunidade às doenças dos/as não indígenas, e o novo coronavírus agrava a situação de outras enfermidades e viroses adquiridas com esta população, doenças inclusive, que os vêm dizimando historicamente.

Ele também torna ainda mais difícil os processos de cura, dada as já precárias condições do SUS e da saúde indígena no país; as enormes distâncias das aldeias até os postos de saúde nas cidades; a escassez ou dificuldade de acesso à água potável nas aldeias, com a poluição dos rios e a falta de saneamento; as diferentes formas de invasão das terras indígenas cujos agentes se tornam, também, vetores de transmissão do Covid-19; a falta de informação, internet e políticas preventivas, além da fome/pobreza nos territórios.

Tudo isso são problemas anteriores, que atravessam as condições de vida dos povos indígenas, e são decorrentes das políticas genocidas dos governos brasileiros ao longo dos anos no trato com seus direitos, mas, piorada no atual Governo Bolsonaro-Mourão e, intensificadas pelo Covid-19 sobre essa população. Os dados alarmantes da Fundação Oswaldo Cruz, apontando que 48% de mortes por Covid-19 em pacientes internados/as estão entre os indígenas[26], mostram bem o alcance da política genocida em funcionamento.

Os dados alarmantes da Fundação Oswaldo Cruz, apontando que 48% de mortes por Covid-19 em pacientes internados/as estão entre os indígenas,mostram bem o alcance da política genocida em funcionamento.

Isso quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) já chamou a atenção de que a população com maior chance de cura é a que tem contato direto com hospitais de qualidade e capacidade de isolamento social.

Ora, a medida que os povos indígenas têm baixo acesso a saúde, já que os municípios só atendem até a atenção básica e, na maioria das situações, não estão preparados para assisti-los; inexistindo plano de contingenciamento e definições sobre como as ações de enfrentamento à pandemia serão realizadas; estando as aldeias distantes dos centros urbanos onde se encontram os postos de saúde e, não havendo transporte aéreo, fluvial e terrestre para o deslocamento dos casos mais graves, esses povos se constituem numa população em grande risco, inclusive, diante da saturação dos leitos para o tratamento das situações mais graves da virose, o que nos dá uma visão do perigo da sua dizimação. Na Amazônia Brasileira, a pandemia apenas incrementa um Estado ausente à proteção dos povos indígenas.

Sabendo desta situação, desde março os povos indígenas, através de suas organizações, exigem do Governo Bolsonaro-Mourão e dos demais entes federados, a adoção de medidas urgentes para o enfrentamento ao Covid-19.

O objetivo é denunciar o descaso, evitar o alastramento nos territórios indígenas e, garantir o atendimento à saúde da população indígena que vive em contextos urbanos, que já somam cerca de 40% dessas pessoas. Isso porque, segundo eles, uma política racista vem sendo implementada institucionalmente para impedir o acesso desses povos à saúde.

Segundo o Plano de Enfrentamento dos povos indígenas ao Covid-19, chamado de Emergência Indígena e organizado pela APIB[27], a SESAI não atende indígenas que vivem em contextos urbanos e fora de territórios que não estejam homologados; hospitais insistem em registrar esses/as indígenas como "pardos" e não como indígenas e, outras situações de agentes do governo acirram conflitos entre indígenas e não-indígenas nas pequenas cidades, resultando no desencorajamento dos povos a realizarem testagem e tratamento do Covid-19, aumentando ainda mais o risco nas comunidades.

Nessa situação, em vez do Governo Bolsonaro-Mourão adotar medidas de prevenção e mitigação dos impactos da pandemia, seus agentes se tornaram os principais vetores de transmissão do vírus dentro das terras indígenas, juntamente com as empresas invasoras das TI's, cujas ações se intensificaram durante a pandemia, já que grileiros, madeireiros, garimpeiros, agropecuarista, *não fizeram isolamento nem deixaram e/ou foram impedidos oficialmente de cometer crimes nas terras indígenas.*

Destacamos que as normas de proteção sanitárias dentro das áreas indígenas foram desrespeitadas, em primeiro lugar, pelos próprios agentes do governo federal que tinham a atribuição de proteger os/as indígenas.

Foi o caso do médico da SESAI, vindo de férias de São Paulo que, mesmo infectado, prestou serviço dentro de área indígena na Amazônia, contaminando vários/as indígenas, dentre estes/as, a agente de saúde que veio a ser o primeiro caso de morte entre esses povos.

Esta região onde ocorreu a primeira transmissão do vírus, situada no Alto Rio Solimões, apresenta o maior índice de indígenas contaminados/as no país até hoje[28].



INDÍGENAS DA REGIÃO DO ALTO DO RIO NEGRO RECEBEM ATENDIMENTO MÉDICO DURANTE A 36ª AÇÃO EXPEDICIONÁRIOS DA SAÚDE, ASSUNÇÃO DO IÇANA

Marcelo Camargo
Agência Brasil

A transmissão do vírus no Vale do Javari, no Amazonas, território com maior número de povos livres ou em situação de isolamento voluntário do país, também foi realizada por agentes de saúde do governo federal, que não respeitaram os protocolos de segurança.

No Parque do Tumucumaque, região isolada e de difícil acesso entre os estados do Amazonas e Pará, foram os militares do exército brasileiro os agentes transmissores da pandemia. No Mato Grosso do Sul, o agente que introduziu o vírus foi o agronegócio, através dos trabalhadores da JBS Foods Seara, um frigorífico em Dourados[29], situação que se repetiu no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde as primeiras mortes de indígenas foram de trabalhadores dos frigoríficos locais.

Ainda no Sul do país, a então Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos e, alguns funcionários que testaram positivo para o Covid-19 se deslocaram à Santa Catarina, mesmo contaminados, para entregar cestas de alimentação, retirando os/as indígenas da segurança de suas terras e os/as expondo ao vírus[30].

JOVEM FAZENDO INALAÇÃO NO POSTO DE SAÚDE DO PÓLO PAVURU, PARQUE INDÍGENA DO XINGU

Fernanda Ligabue - ISA



Diante da inação do Governo Bolsonaro-Mourão, que não reconheceu os povos indígenas como grupo de risco do Covid-19 e, portanto, não os priorizou, não criando um plano de enfrentamento e mitigação dos impactos da pandemia com sua participação, os povos indígenas se viram obrigados a implementar suas próprias estratégias de enfrentamento ao Covid-19, com a decretação de seus próprios lockdowns através de barreiras sanitárias e planos de isolamento social. Com isso, eles ficaram impedidos de plantar seu próprio alimento, ocasionando a ampliação da situação de insegurança alimentar e fome, que os levou a depender das cestas de alimentação e auxílio emergencial do governo federal.

Inevitavelmente o fluxo constante entre aldeias e agências bancárias nas áreas urbanas, ampliados pelo fato dos/as indígenas não terem acesso a computador, celular e internet (os mecanismos de acesso ao auxílio), gerou contaminação nas aldeias. Acrescentamos ainda a situação daqueles/as, em especial, das mulheres indígenas que já viviam nas periferias das cidades sem retaguarda social, pelas precárias condições de vida nas aldeias (não têm terras demarcadas e/ou dinheiro para sobreviver), por estudarem e não terem como retornar facilmente ou, porque os lugares são de difícil acesso.

O fato é que essa situação também gerou espaço para contágio e transmissão do vírus entre a população indígena, em particular, às mulheres nesses lugares.

Mesmo o governo brasileiro tentado esconder, os dados têm apontado que a letalidade do Covid-19 é grande na população brasileira em geral, até 19 de novembro já são 5.981.767 casos confirmados e 168.061 mortes[31]. Isso porque houve um atraso na atualização das informações sobre a pandemia por parte do governo federal, na fase mais intensa do processo eleitoral municipal no país (meses de outubro e novembro) que, sob a alegação de tentativa de invasão aos sistemas do MS[32], não forneceu os dados a contento[33], o que nos leva a pensar que os números reais podem ser muito maiores que os publicados.

As circunstâncias também indicam que a letalidade é ainda mais significativa para populações tradicionais, como os povos indígenas, dado o histórico de dizimação e a perda do patrimônio cultural. No mesmo período foram 39.826 indígenas afetados/as e 880 mortes em 161 povos[34], ficando acima da média da população não-indígena e demonstrando a capacidade destrutiva dessa enfermidade para os povos indígenas.

Nesse sentido, importante considerar que faz parte da política genocida do Governo Bolsonaro-Mourão esconder os dados, e não seria diferente com o Covid-19. Pesquisas internacionais já chamam a atenção para o problema da subnotificação dos casos, apontando que para cada caso conhecido, deve-se multiplicar por 10. No Brasil a situação é ainda mais grave. Há uma política deliberada de subnotificação pelo baixo número de testagem, como forma de diminuir o impacto da crise sanitária e esconder o caráter higienista das ações deste governo.

No país a política de testagem da população foi substituída pela de imunização de rebanho, tendo nas pessoas empobrecidas, negras e indígenas, suas vítimas preferenciais. Tão grave quanto isso é a deliberação do governo federal de relativizar a letalidade do vírus, chamando-o de "gripezinha", estimulando a aglomeração e o uso de remédios da indústria farmacêutica, sem comprovação científica de benefício para o tratamento do Covid-19, mas, com comprovação de malefício para os/as pacientes, pois os efeitos colaterais podem agravar outras doenças preexistentes, piorando a situação dos/as acometidos/as da virose, somente para beneficiar a iniciativa privada e internacional, em detrimento da população mais vulnerabilizada[35]. Além disso, ele também boicotou as ações dos estados e municípios, desprezou o número de mortes, perseguiu institutos de pesquisa e pesquisadores/as que revelaram a verdade sobre o problema e as suas intenções, e que buscaram alternativas mais exequíveis e nacionais para o tratamento da enfermidade.

Portanto, a irresponsabilidade do Governo Bolsonaro-Mourão no trato dessa pandemia contribuiu para que o número de mortes de indígenas por Covid-19 chegasse a ser maior que o número total de mortes pelo novo coronavírus, em seis países da América do Sul, segundo a OMS. Diante disso, a APIB e vários partidos políticos ingressaram com a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 709 no STF para obrigar o Governo Bolsonaro-Mourão a adotar medidas de urgência no enfrentamento ao Covid-19 nos territórios indígenas.

Em medida liminar, o STF[36] obrigou o governo federal a elaborar um plano de enfrentamento ao Covid-19 entre os povos indígenas; criar barreiras sanitárias nos territórios de povos indígenas em situação de isolamento; instalar GT e sala de situação com participação de indígenas e representantes de governo para acompanhar a implementação das ações gerais de enfrentamento à pandemia e, junto aos povos isolados; garantir que indígenas em aldeias tenham acesso ao subsistema indígena de saúde,

independente da fase da demarcação de seu território, assim como os indígenas em contextos urbanos, caso não possam ser atendidos pelo SUS[37] e estabelecer medidas de contenção e isolamento de invasores de terras indígenas no plano de enfrentamento. Essa foi uma importante vitória, todavia, o STF se eximiu de enfrentar o problema dos invasores das terras indígenas, algo imprescindível a qualquer plano de enfrentamento em toda situação que envolver os povos indígenas do país[38].

O Plano de Enfrentamento ao Covid-19 para os Povos Indígenas Brasileiros[39], forçadamente apresentado pelo governo federal, foi considerado por especialistas convidados pela APIB como extremamente deficitário e inconsistente, carece de revisão técnica e, faz uso superficial e inadequado de estudos, informações e terminologias, pois apresenta objetivos e metas que não priorizam salvar as vidas indígenas, uma vez que, dentre outras, só contemplava 163 das 537 terras indígenas, ou seja, 70% das TI's ficariam desprotegidas, além de não ter considerado nenhuma pelas sugestões dos povos indígenas apresentadas no GT liderado pela Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e, integrado por especialistas e representantes indígenas.

Então, cientes de que essa pandemia não é diferente dos outros males e guerras virais que já suportaram ao longo de sua história, nesses mais de 500 anos de Brasil, os povos indígenas brasileiros sabem que não há novidade. A estratégia é a mesma que já viveram no processo de colonização do país para exterminá-los, assim como suas identidades e modos de vida, tudo para roubar seus territórios e bens naturais. E sabem também que, deixados à própria sorte pelos que deveriam protegê-los, não têm alternativa a não ser contar com sua própria autonomia e autogestão, criando, eles mesmos, com seus próprios corpos, saberes e recursos, suas próprias estratégias de sobrevivência e proteção à pandemia.

E foi por isso que, uma frente do movimento indígena e organizações parceiras da causa, foi articulada para enfrentar a pandemia e suas expressões sobre os territórios e povos originários, organizando o Plano de Enfrentamento a Covid-19 chamado de Emergência Indígena, para orientar as ações e evitar o aumento da tragédia entre os povos indígenas, lançado no final de junho[40]. Cientes de que *as mortes não são apenas números, são pessoas, memórias e histórias dos povos que se encontram sob ameaça,* eles criaram também o Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena[41] para monitorar a pandemia e produzir insumos para enfrentá-la.

Já no Congresso Nacional, outra iniciativa foi articulada por

parlamentares da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas e organizações parceiras da causa, resultando no PL nº 1.142/2020, que criou o Plano Emergencial para o Enfrentamento a Covid-19.

Neste, estava previsto acesso a água potável, alimentação, leitos hospitalares e medicamentos para povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais no Brasil. O PL foi, enfim, aprovado na Câmara e Senado Federal, todavia, recebeu 22 vetos do presidente Bolsonaro para ser sancionado em julho.

Os pontos absurdamente rejeitados por Bolsonaro se referiram principalmente a garantia de fornecimento de água potável e facilitação do acesso ao auxílio emergencial. Contraditoriamente, a sua única "contribuição" foi incluir a autorização da presença de missionários/as nas áreas indígenas durante a pandemia, mesmo o movimento indígena denunciando insistentemente que estes sujeitos vão de encontro a sua cultura e são também, vetores de contaminação.

Mas a pressão da APIB, Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas e organizações da sociedade civil, contribuíram para que o Congresso Nacional derrubasse 16 dos 22 vetos.

Porém, todas essas iniciativas e pequenas conquistas ainda não se converteram em ações concretas, por parte do Governo Bolsonaro-Mourão, no sentido da proteção dos povos indígenas na pandemia. Essa situação ficou ainda mais grave agora que estamos no momento de flexibilização do isolamento. Então, mesmo com riscos de morrer nas mãos dos invasores de seus territórios, os povos indígenas seguem empenhados em manter o isolamento social e praticar autoproteção apenas com seus próprios corpos, fazendo suas barreiras sanitárias orientadas pelos anciões/ãs, rezas e medicina indígena. Como afirma Cristiane Pankararu (PE), é a autonomia dos povos indígenas que faz com que nos mantenhamos vivos na política, na economia, na justiça, na tradição, na fé e em nossos encantados.



“Estou chorando e andando... Estamos de luto e lutando. Luto, luta, luto, luta. E parece que a gente não descansa, não para nunca”.

(Watatakau Yawalapiti, coordenadora do Departamento de Mulheres da Associação da Terra Indígena do Xingu/Atix Mulher-MT)

Ao longo dos anos, as mulheres indígenas têm enfrentado uma série de problemas, tanto no âmbito das suas relações comunitárias, nas aldeias, como a partir da relação com a sociedade não indígena. De maneira geral, elas vivenciam diferentes tipos de violência nas aldeias e fora delas, causadas pela materialização do patriarcado racista capitalista, assim como têm sido obrigadas a suportar a presença religiosa externa às suas culturas tradicionais; o aumento da pobreza entre os povos indígenas, pela ausência de políticas públicas e esbulho de seus territórios; as situações de medo e intimidação impostas, especialmente, às lideranças, em razão da luta pela terra e direitos, através da criminalização e assassinatos; as situações de violência sexual e tráfico de mulheres para prostituição e trabalhos forçados e, até, a arregimentação de mulheres indígenas para compor os 30% de cotas de mulheres nas candidaturas pelos partidos, as chamadas “candidaturas laranjas”.

No contexto do Covid-19, o feminismo tem revelado que as restrições impostas pela pandemia têm um custo muito mais alto para as mulheres. Uma vez que sua principal forma de prevenção é o isolamento social, alimentação adequada e cuidados redobrados de higiene e limpeza, numa sociedade patriarcal racista capitalista como a brasileira, estas são atribuições das mulheres, e de forma muito particular daquelas mais vulnerabilizadas, ou seja, as negras, indígenas e empobrecidas, pois é sobre estas que ainda recaem, quase que exclusivamente, de forma remunerada ou não, a responsabilidade pelos trabalhos domésticos e os cuidados com as famílias.

Isso significa que são esses os corpos que suportam o peso invisível e não contabilizado da pandemia, e que também implica as mulheres indígenas.

E é isso que temos vivido no cotidiano. Nesse momento de flexibilização da quarentena, as mulheres seguem trabalhando na produção, para sua sustentação financeira, num número bem menor em regime de home office, já que a maioria foi obrigada pelo capital, ao trabalho presencial. Mas também, seguem ainda mais sobrecarregadas com o trabalho de reprodução da vida no interior dos seus lares, com a pandemia, muito ampliado pela carga do trabalho emocional que suportam, e que é ainda mais invisível.

Pesquisas já revelam que "a carga emocional, psíquica e física" do cuidado também recai sobre as mulheres, porque são essas as encarregadas pelo planejamento e gerenciamento da casa, do cotidiano e até da pobreza, estando atentas às necessidades e a saúde de toda a família. Então, não é à toa que o Covid-19 tem deixado as mulheres sem tempo para respirar[42]. As responsabilidades, decorrentes da sua posição de gênero na sociedade patriarcal racista capitalista, não as deixa viver o luto, já que são aquela parcela da população que cuida dos doentes, da alimentação das famílias e, das ações de solidariedade às comunidades[43].

Esse fragmento do depoimento de uma liderança indígena do Xingu nos informa que com as mulheres indígenas, a realidade de sobrecarga de trabalho e de invisibilidade não é tão diferente. Importante lembrar que as mulheres indígenas já representam pelo menos metade da população indígena, aproximadamente 448 mil mulheres segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em seus territórios tradicionais são também as mulheres indígenas que assumem a responsabilidade com o cuidado das pessoas e da comunidade. Com a pandemia, essa tarefa se ampliou por que são elas que se colocam à frente das articulações e das redes de solidariedade, para preencher inclusive, as lacunas deixadas pela omissão do Estado com os povos indígenas. Ademais, o descaso histórico da colonização e a cosmologia indígena que se assenta no autocuidado, proteção coletiva, instinto de sobrevivência e resistência, dado a guerra viral que historicamente tem dizimado os povos indígenas, são razões suficientes para engajar ainda mais, as mulheres indígenas nessas tarefas.

Nessa perspectiva, a pandemia trouxe a importância das mulheres nas comunidades, é o que reflete a Sofia Oviedo da Ary Ojasojavo, uma organização de estudos ancestrais e populares do Paraguai[44].



De fato, elas não são prioridade de nenhuma política pública, não há nenhuma política ou programa que respeite os modos de vida dos povos indígenas, muito menos que contemple as mulheres indígenas nos seus contextos de vida e vivências nos seus territórios. Todavia, ficou muito evidente o papel fundamental delas na constituição de laços no seu entorno, para a construção de redes de cuidados e de solidariedade, para revelação dos problemas nos territórios, o fortalecimento do tecido social e a preservação e utilização dos saberes tradicionais no cuidado com a saúde (medicina indígena e plantas medicinais).

Lideranças como Maria Leonice Tupari, coordenadora da Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia (AGIR) apontam que as mulheres só não foram dizimadas por conta da tecnologia e da internet, que tornaram possível, principalmente nesse contexto de pandemia, a constituição de redes de apoio e troca de informação, além de encontros de fortalecimento, pois são elas que estão à frente das mobilizações, elaboração de documentos e solicitações às autoridades[45].

Nesse sentido, Sonia Guajajara, coordenadora da APIB e uma das principais lideranças indígenas do país, além de ter sido a primeira mulher indígena candidata a Vice-Presidência da República no último processo eleitoral (2018), nos lembra que, durante a pandemia, o enfrentamento político das mulheres lideranças indígenas com o poder patriarcal, racista capitalista brasileiro triplicou.

Ela não parou de denunciar o descaso do Governo com os povos indígenas diante da pandemia do Covid- 19, assim como a sua política deliberadamente genocida e usurpadora dos territórios indígenas e seus bens naturais e comuns. Foi ela também quem denunciou que os dados da pandemia sobre os povos indígenas, produzidos pelo governo e pela sociedade civil são muito divergentes, revelando uma série de problemas cujo objetivo central é minimizar os impactos da pandemia sobre essas populações e esconder a política higienista e genocida do governo com a subnotificação[46].

Foi ela, ainda, uma das principais lideranças que esteve mobilizando diferentes forças sociais para garantir as estratégias no Congresso Nacional, no STF e entre o próprio movimento indígena, com vistas a pressionar o governo federal a adotar medidas urgentes de enfrentamento ao Covid-19 e, à sociedade civil, a ativar a solidariedade à esta população em perigo.



E foi justo por denunciar insistentemente, nos mecanismos internos e internacionais (ONU e Organizações dos Estados Americanos - OEA), a política racista e genocida do Governo Bolsonaro-Mourão contra os povos indígenas; a imposição de um modelo de economia capitalista/extrativista que invade e expropria os territórios tradicionais; os constantes atentados à CF/1988 e a Convenção 169 da OIT, especialmente no que se refere ao direito à participação dos/as indígenas nas decisões que lhes dizem respeito e, por cobrar dele a responsabilidade com a proteção dos povos indígenas contra a pandemia, que Sônia Guajajara se tornou mais uma liderança indígena a ser perseguida e criminalizada por este governo. Em setembro, o Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República do Brasil, o Gal. Augusto Heleno, publicou em suas redes sociais que a "APIB e Sônia Guajajara cometeram crime de lesa-pátria", por denunciarem a paralisia do governo federal diante das queimadas e destruição da Amazônia, circunstância que foi amplamente rechaçada por diversos sujeitos e movimentos sociais[47].

Outra situação que criminaliza as mulheres indígenas defensoras dos direitos humanos foi a que ocorreu com a liderança Nara Baré, primeira mulher eleita coordenadora da COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.

O governo federal, através do embaixador do Brasil na OEA (Fernando Simões Magalhães) vetou a participação dela em reunião no Conselho Permanente da OEA, no contexto da 3ª Semana Interamericana dos Povos Indígenas e da comemoração do Dia Internacional dos Povos Indígenas, cujo tema da sessão ordinária foi "Covid-19 e resiliência dos povos indígenas" em agosto. A reunião proporcionaria uma escuta, pelos Estados-membros da OEA, às declarações das lideranças indígenas da região. Nara Baré foi convidada para abordar os impactos do Covid-19 entre os povos indígenas brasileiros e como as organizações e comunidades indígenas estavam combatendo a pandemia. Sem dúvida, mais uma situação de interdição ao direito dos povos indígenas de fazer a crítica ao Estado e de defender seus direitos[48].

Em setembro o general Augusto Heleno, publicou em suas redes sociais que a "APIB e Sônia Guajajara cometeram crime de lesa-pátria", por denunciarem a paralisia do governo federal diante das queimadas e destruição da Amazônia

Muito embora a pandemia seja uma circunstância que exija hoje todos os esforços para seu enfrentamento, é importante não esquecer, que ela apenas aprofunda os já graves problemas históricos vivenciados pelos povos indígenas no Brasil. Isso significa que sem a resolução das causas estruturais e históricas que se acumularam sobre essa população, a pandemia ou quaisquer outros males, não poderão ser combatidos de forma satisfatória. Em se tratando das mulheres indígenas, é importante não perder de vista que é pela usurpação dos territórios tradicionais de seus povos, através da não demarcação e regularização de suas terras ancestrais, não desintrusão dos invasores, incidência de ações depredatórias das águas, terras, florestas, ar e, sobretudo, pela exploração e objetificação de seus corpos pelo modelo extrativista financista, que elas são, não somente direta e negativamente impactadas, como são elas mesmas, parte da estratégia de atualização desse modelo econômico.

Então, para além das consequências do Covid-19, as mulheres indígenas são as que têm suportado de forma desproporcional, o peso das políticas extrativistas financistas sobre os territórios tradicionais indígenas, pois sendo elas as responsáveis pelo cuidado com a saúde e a alimentação das comunidades, são elas as que sofrem mais diretamente, por exemplo, com a falta de soberania alimentar e as situações de fome, que se tornaram ainda mais presentes diante da política de não demarcação e invasão das territórios e, de poluição das terras e das águas, sendo impedidas de cultivar seus próprios alimentos e sendo submetidas ainda, ao agrotóxico e ao consumo de alimentos que não condizem com a cultura nutricional de seus povos. Destrói-se a terra mas, também, os corpos das mulheres. A ONU chama ainda a atenção para a precariedade da situação das mulheres indígenas solteiras e idosas que, durante a pandemia, têm seus direitos econômicos prejudicados, uma vez que não podem produzir e comercializar o artesanato, em muitas situações, a sua principal fonte de sustentação.

São as mulheres também que são sobrecarregadas pela ampliação da necessidade de cuidados com a saúde da comunidade, por conta da precarização do SUS, das inúmeras tentativas de destituição da política de saúde diferenciada indígena e, pela transmissão do Covid-19 e de outras doenças das populações não-indígenas às comunidades indígenas, por parte dos invasores de suas terras e até dos trabalhadores/as do governo federal.

Sobre isso, lideranças indígenas, como a Telma Taurepang, coordenadora geral da UMIAB, alerta que nesse trabalho de cuidado, as mulheres indígenas são ainda mais expostas ao vírus, tendo havido muitas mortes de mulheres de referência para os povos indígenas.


Nosso esp ito!

Ademais, são elas ainda, as que precisam lidar com a tristeza e as perdas simbólicas sofridas pelas comunidades.

Nesse sentido, mais grave ainda, e ela lembra, é que as mortes pelo Covid-19, em especial, a das mulheres que estão na linha de frente, têm significado e impacto muito maior entre os povos indígenas, porque não se trata só de uma vida em si, se perde também um patrimônio cultural.

Com a morte física dos anciões e anciãs, principalmente, que sempre lutaram com as lideranças indígenas, se perde saberes ancestrais, modos de produção, histórias vividas, enfim, se fragiliza o povo pela perda da cultura e daqueles símbolos que fortalecem os povos indígenas, e são as mulheres que precisarão enfrentar e resistir a essas perdas e a esse sentimento de desesperança.

Para Telma, *"a pandemia trouxe a tristeza para dentro de casa, porque se perde vidas, porque o vírus ataca as mulheres que tentam sobreviver, afeta a esperança que as mulheres tentam construir. Houve perda de mulheres lideranças indígenas de frente, porque as mulheres indígenas têm a responsabilidade de cuidar, como papel nas aldeias e comunidades. Se rompe o ciclo de vida tradicional em seus territórios"*.

As mulheres indígenas também têm de se confrontar com diferentes situações de violência no interior das suas aldeias, com seus parceiros e/ou homens próximos, mas, também, violências causadas pela ação dos invasores e da quantidade de homens que passam a circular no entorno dos territórios indígenas, nos contextos dos grandes empreendimentos e das invasões. Tanto um, quanto outro, são tipos de violências difíceis de ser captadas pelos órgãos oficiais, dado o problema de subnotificação e das outras interdições que são semelhantes às situações das mulheres não-indígenas, principalmente em contextos de pobreza e de muita violência.

Todavia, essas circunstâncias se diferenciam entre os povos indígenas, pelo peso que a cultura tem na constituição das relações e laços comunitários, pois as mulheres indígenas afirmam também modos próprios e comunitários de enfrentar esse tipo de violência, muitas inclusive, denunciando que *"o machismo é mais uma epidemia trazida pelos europeus*[49] *e*, que *é preciso acabar com o patriarcado ocidental, mas também, o patriarcado entre os povos indígenas"*, este, todavia, um aprendizado do patriarcado ocidental, um legado da colonização, que precisa ser reconhecido e rechaçado pelos povos indígenas.

É importante destacar que as situações de empobrecimento e fome também empurram as mulheres indígenas às situações de aliciamento para a prostituição, especialmente nos contextos das grandes obras.



Relatório do CIMI 2020 registrou que houve 10 casos de violência sexual, que incluem estupro (a maior parte deles), exploração sexual de mulheres adultas, além de crianças e adolescentes, para prostituição e aliciamento de mulheres indígenas que moram nas cidades, em 2019.

Além dessas situações, há os homicídios. Dos 113 assassinatos de indígenas em 2019, 22 foram de mulheres.

O machismo é mais uma epidemia trazida pelos europeus.

Mas, muito ainda há de se produzir sobre a incidência do problema da violência contra as mulheres indígenas brasileiras, pois, as informações disponíveis ainda são muito esparsas.

Dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do MS, por exemplo, apontou que entre 2007 e 2017 foram registradas 8.221 notificações de casos de violência contra mulheres indígenas, em sua maioria, entre 10 e 19 anos e, em 75% dos casos o agressor não é uma pessoa próxima da família[50].

Outro interessante projeto de pesquisa de extensão intitulado "Violência, gênero e mulheres indígenas no Rio Negro" realizado pela Faculdade de Saúde Pública da USP com o Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (DMIRN/FOIRM), o Observatório da Violência de Gênero no Amazonas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e o ISA apontou que, de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2019 foram registrados na Delegacia Municipal de São Gabriel da Cachoeira, região do Alto Rio Negro, no

Noroeste da Amazônia, onde há 23 povos indígenas, 4.681 boletins de ocorrência (BO's) de violência contra a mulher, 1,28 casos por dia.

Embora tenha sido divulgado em fevereiro deste ano, o estudo ainda não está concluído, mas já revela que as mulheres indígenas também estão sujeitas às mesmas violências pelas quais passam as mulheres não-indígenas, pois o estudo apontou que os BO's registraram crimes de lesão corporal, ameaças, ameaças de morte, calúnia, difamação e injúria, estupro, violência doméstica e familiar, onde, na maioria das situações, o agressor tem alguma relação com a vítima[51].

Em diálogo com o SOS Corpo, Telma Taurepang relatou aumento das situações de violência contra as mulheres e meninas indígenas (inclusive estupro) com a pandemia. Essas situações, segundo ela, são agravadas pelo problema do alcoolismo entre os povos indígenas e a incidência de agentes externos a esses nas áreas indígenas, à exemplo de igrejas cristãs neopentescostais e até, organizações que cometeriam crimes de assassinatos e estupros nesses territórios. Para ela, é ainda mais preocupante a grande dificuldade de denunciar tais situações, dada a distância das aldeias aos órgãos de segurança nas cidades e a falta de resposta do aparelho de segurança e justiça às violências cometidas contra as mulheres indígenas, principalmente às suas lideranças.

Ademais, o aprofundamento da fome no interior das aldeias, com a pandemia e, a política de instigação do racismo contra os povos indígenas, por parte de representantes do Estado, que insuflam a sociedade não-indígena contra a população indígena, como a campanha promovida pelo governo Bolsonaro de descredibilização da APIB, COIAB e Conselho Indígena de Roraima (CIR), segundo ela, sugerindo malversação de recursos públicos no enfrentamento da pandemia, é uma realidade que se tornou ainda mais cotidiana entre os povos indígenas e que contribui para o genocídio dessa população, interditando ainda mais, as condições de vida das mulheres indígenas.

Essas circunstâncias foram reafirmadas por mulheres indígenas originárias de 15 povos indígenas do Brasil, durante a Roda de Escuta e Acolhimento realizada online pela Articulação de Mulheres Brasileiras neste ano, por ocasião do dia 5 de setembro - Dia Internacional das Mulheres Indígenas. Como o nome já afirma, esta roda teve o objetivo de escutar e acolher as mulheres indígenas, a partir do relato de suas condições de vida no contexto da pandemia do Covid-19.

Nesse encontro, elas compartilharam suas experiências de opressão e as dificuldades que vêm sofrendo por conta da ação extrativista mineradora, madeireira e do agronegócio sobre seus territórios ancestrais, que não cessaram durante a pandemia.



Muitas delas estavam ameaçadas por esses agentes do capital e reiteraram que as situações de criminalização e de ameaças diretas contra elas foram armas potentes utilizadas por essas forças para desapossarem-nas de seus territórios e lutas. Elas também compartilharam o contexto de privação pela poluição das águas, perda da soberania alimentar e precarização do sistema público de saúde (SUS), que está ainda mais longe de atender às necessidades diferenciadas dos povos indígenas na pandemia.

Mas, talvez, a grande lição, tenha sido a visão holística do planeta compartilhada entre elas, segundo a qual seres humanos e natureza não são realidades fragmentadas. Para elas destruir a natureza é devastar seus próprios corpos, porque eles e ela são um só território.

As mulheres indígenas também estão sujeitas às mesmas violências pelas quais passam as mulheres não-indígenas: crimes de lesão corporal, ameaças, ameaças de morte, calúnia, difamação e injúria, estupro, violência doméstica e familiar, onde, na maioria das situações, o agressor tem alguma relação com a vítima.

O que implica que seus corpos também são sagrados, como dizemos no feminismo, neles ninguém toca, nem a igreja, o Estado, a família ou as corporações extrativistas. Então seguir lutando, apesar de todas essas ameaças, é uma forma de se manterem existindo no presente e de cultivarem um futuro, condição a qual não podem abdicar.



Considerações finais

Desde 2008, quando “a bolha imobiliária dos EUA estourou”, o povo brasileiro tem sofrido a intensificação do projeto de restauração neoliberal global, nas estruturas do Estado e sociedade brasileira. Este projeto se aprofundou ainda mais com o extrativismo financista e o programa regressivo de direitos do Governo Bolsonaro-Mourão, bem como, com o conservadorismo fundamentalista que se intensificou na sociedade brasileira.

Inúmeros e fortes ataques foram feitos às políticas estruturantes por este Governo, mas de modo singular, àquelas destinadas aos grupos mais vulnerabilizados, como os povos indígenas. A multiplicidade desses ataques torna muito difícil sistematizar em poucas linhas, as inúmeras violações aos direitos dos povos indígenas e, das mulheres indígenas em especial, que marcaram o Brasil durante esses quase dois anos de Governo Bolsonaro-Mourão, atravessado por uma pandemia que já contagiou quase 40 mil indígenas e matou pelo menos 880 dessas pessoas. Por isso, entendemos que todo esforço de aproximação e desnudamento dessa realidade é válido. Por isso, insistimos em falar.

Lembremos que a grave situação de extermínio a que esses povos chegaram ao século XXI é produto de um longo e sangrento processo de espoliação de seus territórios, corpos, culturas e identidades há, pelo menos, cinco séculos neste país. Saber disso, todavia, não ameniza a política genocida, abertamente praticada pelo atual Governo Bolsonaro-Mourão. Ao contrário, apenas revela parte de seu perverso funcionamento pois, neste governo, todas as estratégias coloniais foram rearticuladas para a atualização do capitalismo patriarcal racista. E o objetivo é o de sempre, desapossar os povos indígenas de seus territórios originais, saberes ancestrais e modos de produção tradicionais, viabilizando a mercantilização dos bens naturais e comuns para o capital racista patriarcal.

Em nome desse projeto, de norte a sul do país, este governo tem atuado usando toda a engrenagem estatal através dos poderes legislativos, executivos e judiciário, associados a mecanismos ideológicos, como o fundamentalismo religioso e os meios de comunicação sociais, para o seu plano de entrega do país ao capital transnacional.

Nessa guerra, os povos indígenas são apenas um obstáculo a ser superado e, as mulheres indígenas, uma pequena pedra no meio do caminho que deve ser removida.

A pachamama está em chamas e agonizando. A mitigação dos impactos negativos do modelo econômico extrativista financista são medidas importantes a serem adotadas pelos Estados na proteção imediata dessas vidas. Entretanto, não são, em absoluto, suficientes para resolver o problema e, principalmente, suas causas, que já toma contornos de ecocídio. Mais que isso, as questões que se intensificam na panamazônia neste momento não são violências apenas contra os povos que ali vivem ou a biodiversidade que a conforma.

A Amazônia é maior que a Panamazônia, como sabiamente dizem os povos indígenas e nós reiteramos, ela não é só o pulmão do mundo, ela é o coração do planeta. O que ali ocorre é uma dádiva ou, pode significar o perecimento do mundo.



O Bem Viver, paradigma sóciopolítico econômico cultural e espiritual dos povos originários da panamazônia andina, alternativo ao capitalismo patriarcal racista, escolhe o cuidado, a cooperação, a reciprocidade e a simplicidade como princípios orientadores da relação entre seres humanos e natureza, nos seus processos de produção, reprodução e fruição do viver.

Este tem sido o modelo reafirmado pelos povos dos campos, águas, florestas e cidades panamazônicas e andinas, e foi reiterado como perspectiva durante todo o processo do FOSPA 2020, principalmente pelas mulheres que ali vivem.

Nele não pode caber desequilíbrios e expressões de injustiças, e é em nome desse compromisso que queremos contribuir com a visibilização da política de genocídio do Governo Bolsonaro-Mourão contra os povos indígenas, tentando demonstrar como ela se evidencia na particular situação das mulheres indígenas da Amazônia Brasileira.

Do nosso ponto de vista, revelar a realidade de vida dessas mulheres é pôr em questão toda a política de morte reservada ao conjunto dos povos dessa região e do país como um todo, bem como o traço colonial que transforma bens comuns em recursos da produção econômica.

Resistir, neste contexto de devastação de tudo, se transforma no ato mais radical que essas mulheres indígenas podem realizar no presente.

Por isso, juntamos nossas vozes aos gritos dessas mulheres e seguimos afrontando a monocultura desse modelo extrativista, que captura nossos desejos, destitui nossas humanidades e, ao nos dissociar da Terra, esse grande organismo vivo do qual somos parte, vende nosso presente e nos des-envolve de nós mesmos/as. Juntemo-nos pois às mulheres indígenas e aos demais povos da Panamazônia Andina, na tarefa urgente da recuperação material e simbólica de nossa necessária Abya Yala.

POR ESSAS VIDAS E POR TODAS AS VIDAS, DEFENDEMOS A AMAZÔNIA!



Referências

02 - A política genocida do Governo Bolsonaro-Mourão tem nos desafiado a melhor definir os contornos do seu modelo econômico, uma vez que ele determina as demais políticas. Temos refletido que este não é um governo de desenvolvimento, dado o seu grau de subordinação ao capital internacional, particularmente ao capital estadunidense, e a total fragilização de suas estruturas produtivas, com o não investimento em política de infraestrutura e de fortalecimento da indústria. Tampouco se alinha ao neodesenvolvimentismo, como os governos progressistas de Lula e Dilma Rousseff, que tentaram conciliar o desenvolvimento extrativista com política social. Do nosso ponto de vista, o Governo Bolsonaro-Mourão opera mesmo é na despossessão, no extrativismo financeiro e dos bens comuns, entregando as riquezas nacionais às corporações transnacionais, fomentando o rentismo e saqueando o orçamento público para pagar juros e amortizar dívidas com as empresas de financeirização, tudo articulado às elites econômicas ligadas aos serviços e às igrejas.

03 - https://www.facebook.com/CPTNacional/videos/live-ii-tribunal-%C3%A9tico-de-justi%C3%A7a-e-direitos-da-mulher-panamaz%C3%B4nica-e-andina/350185889599838/

http://www.forosocialpanamazonico.com/pt/ya-llega-ii-tribunal-etico-de-justicia-y-derechos-de-las-mujeres-panamazonicas-andinas/

04 - Ao longo de sua carreira política, Jair Bolsonaro foi alvo de inúmeros pedidos de cassação de mandatos nos Conselhos de Ética e ações judiciais por danos morais, apologia a crimes, incitação ao ódio de maneira geral, dentre outros, contra diferentes pessoas e grupos sociais. Mas, seu alvo preferencial foram as populações mais vulnerabilizadas, em particular, mulheres, povos indígenas, quilombolas, população negra e comunidade LGBTQI+. É conhecido o racismo e o sexismo do atual presidente contra os povos indígenas principalmente, a ponto de há muito, em 1998, a COIAB ter pedido a cassação do mandado de deputado de Bolsonaro em razão dele ter declarado “competente, sim, foi a cavalaria norte-americana, que dizimou seus índios no passado e hoje em dia não tem problema...”. Mais recentemente, durante a campanha para presidente, ele prometeu “não demarcar nenhum centímetro de terra indígena e quilombola” no país.

05 - O Brasil com baixa imunidade – Balanço do Orçamento da União 2019 elaborado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos - Inesc
https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Balanco-OGU-Inesc.pdf

06 - Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados 2019 foi lançado pelo CIMI no mês de setembro/2020
https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf

07 - Ver https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/31/politica/1548946667_235014.html

08 - Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados 2019/CIMI e O Brasil com baixa imunidade – Balanço do Orçamento da União 2019/INESC

09 - A Amazônia Legal é uma área formada por cidades de 9 estados do Brasil (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão) correspondendo a 58,9% do território brasileiro, conforme o IBGE (https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e acessado em 15.10.2020). Seus limites não são definidos por um viés geográfico, mas sociopolítico, de modo que abrange todo a região Norte, parte do Centro-Oeste e Nordeste, englobando todo o bioma Amazônico e parte dos biomas Cerrado e do Pantanal Matogrossense. Esta é a região onde está localizada em torno de 56% da população indígena brasileira.

10 - Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados 2019/CIMI.

11 - Michel Temer foi vice-presidente durante o mandato da presidenta da república Dilma Rousseff e, a sucedeu na presidência interina, quando esta sofreu o golpe institucional, inclusive, com sua participação, em 2016, por isso seu governo ficou conhecido no país como um "governo golpista".

12 - Ver https://cimi.org.br/2020/05/entenda-parecer-antidemarcacao-stf/ acessado em 07.10.2020.

13 - Art. 231- São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

14 - O Brasil com baixa imunidade – Balanço do Orçamento da União 2019/Inesc.

15 - Ver https://jornal.usp.br/ciencias/desmatamento-da-amazonia-dispara-de-novo-em-2020/ acessado em 07.10.2020.

16 - https://oglobo.globo.com/sociedade/em-julho-73-do-desmatamento-para-garimpo-na-amazonia-ocorreram-em-unidades-de-conservacao-terras-indigenas-24599454



17 - Ver https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/11/19/coronavirus-avanca-250percent-em-tres-meses-na-terra-yanomami-e-relatorio-cita-total-descontrole.ghtml Acessado em 19.11.2020.

18 - Ver https://www.brasildefato.com.br/2020/10/02/indigenas-se-arriscam-no-combate-a-incendios-criminosos-na- amazonia-e-pantanal acessado em 09.10.2020.

19 - Ver https://g1.globo.com/ro/rondonia/natureza/amazonia/noticia/2020/10/02/queimadas-em-terras-indigenas-de- ro-tem-alta-de-24percent-de-janeiro-a-setembro-na-comparacao-com-2019-revela-inpe.ghtml acessado em 11.10.2020.

20 - Ver https://amazoniareal.com.br/amazonia-em-chamas-20-xingu-e-o-territorio-indigena-com-mais-focos-de- queimadas-no-brasil-18-09-2020/ acessado em 11.10.2020.

21 - Ver https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-08/relatorio-queimadas-e-desmatamento- ameacam-povos-indigenas-isolados acessado em 11.10.2020.

22 - Ver https://www.brasildefato.com.br/2019/11/18/oleo-chega-a-643-areas-em-116-municipios-do-nordeste-e-do-sudeste Acessado em 12.10.2020.

23 - http://www.neomondo.org.br/2019/10/24/vazamento-de-petroleo-em-area-costeira-nordestina-se-torna-um- dos-maiores-impactos-ambientais-no-pais/

24 - Ver https://contraosagrotoxicos.org/dicamba-24-d-glifosato-mais-22-registros-no-governo-bolsonaro/ Acessado em 19.11.2020.

25 - O Brasil com baixa imunidade – Balanço do Orçamento da União 2019/Inesc e Emergência Indígenas: Plano de enfrentamento da Covid-19 no Brasil disponível em https://emergenciaindigena.apiboficial.org/ Acessado em 10.10.2020

26 - Ver https://cimi.org.br/2020/06/mortes-por-covid-19-entre-indigenas-precisam-virar-assunto-para-a-comissao-interamericana-de-direitos-humanos/ Acesso em 11.10.2020.

27 e 28 - O Emergência Indígena é uma iniciativa da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), ARPIN Sudeste, ARPISUL, Coordenação das Organizações Indígenas na Amazônia Brasileira (COIAB), Grande Assembleia Guarani Kaiowá (Aty Guassu), Comissão Guarani Yuyrupa e Conselho do Povo Terena, organizado durante o Acampamento Terra Livre e Assembleia Nacional de Resistência Indígena. Este ano, o Acampamento foi virtual, teve como tema "Demarcar terras e demarcar telas" e, mobilizou mais de 1 milhão e meio de pessoas, bem superior aos 5,6 mil pessoas presentes em edições anteriores. Disponível em https://emergenciaindigena.apiboficial.org/ Acessado em 10.10.2020.

29 - Ver https://cimi.org.br/2020/07/no-ms-povos-indigenas-enfrentam-pandemia-com-solidariedade-e-producao-de-alimentos/ Acessado em 11.10.2020.

30 - Ver https://catarinas.info/filhas-da-terra-mulheres-indigenas-em-luta-contra-a-pandemia-covid-19/ Acessado em 10.10.2020.

31 - Dados do Boletim Epidemiológico Covid-19 (Boletim 265) da Secretaria de Saúde de Pernambuco em 20.11.2020 disponível em http://portal.saude.pe.gov.br/boletim-epidemiologico-covid-19 Acessado em 22.11.2020.

32 - Ver https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2020/11/4889589-numeros-de-casos-e-mortes-alertam-para-segunda-onda-da-covid-19-no-brasil.html Acessado em 19.11.2020.

33 - O último boletim epidemiológico sobre o Covid-19 do Ministério da Saúde publicado é o número 36 que analisa os dados apenas entre 11 e 17 de outubro de 2020 está disponível em https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2020/outubro/23/boletim_epidemiologico_covid_36_final.pdf Acessado em 19.11.2020.

34 - Dados do Panorama geral do Covid-19 – Emergência Indígena em 22.11.2020 disponível em https://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados_covid19/ Acessado em 22.11.2020

35 - O governo federal distribuiu 66 mil comprimidos de cloroquina para os TIs Yanomami e Raposa Serra do Sol, como "complemento" ao tratamento do Covid-19, entre outros comprimidos https://amazoniareal.com.br/missao-com- ministro-da-defesa-leva-66-mil-comprimidos-de-cloroquina-para-indigenas-de-roraima/ Acessado em 12.10.2020

36 - Ver decisão disponível em http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/adpf709.pdf Acessado em 14.10.2020.

37 - Apesar de todo processo de privatização das políticas de saúde e precarização do SUS, este ainda é a base fundamental para que neste contexto de pandemia do Covid-19, uma tragédia ainda maior não evolua.

38 - Ver https://cimi.org.br/2020/07/julgamento-no-stf-nesta-segunda-3-8-pode-decidir-destino-de-indigenas-na- pandemia/ e
Ver http://obind.eco.br/2020/09/02/apib-plano-para-proteger-povos-indigenas-da-pandemia-nunca-foi-prioridade-para-o-governo/ Acessados em 11.10.2020.

39 - Aperfeiçoamento do Plano de Enfrentamento e Monitoramento da covid-19 para Povos Indígenas Brasileiros disponível em https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/setembro/PlanoREVISADO1.pdf Acessado em 13.10.2020.



40 - Emergência Indígena - Plano de enfrentamento da covid-19 no Brasil disponível em https://emergenciaindigena.apiboficial.org/ Acessado em 10.10.2020.

41 - Carta Final da Assembleia de Resistência Indígenas 2020.

42 - Ver https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/03/24/Quais-os-impactos-da-pandemia-sobre-as-mulheres Acessado em 11.10.2020.

43 - Ver https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2020/08/mulheres-indigenas-lideram-esforcos-no-combate-a-pandemia Acessado em 11.10.2020.

44 e 45 - Ver https://azmina.com.br/reportagens/unindo-tradicao-e-tecnologia-mulheres-indigenas-lideram-enfrentamento-a-pandemia/ Acessado em 11.10.2020.

46 - O Comitê Nacional da Vida e Memória Indígena acompanha a evolução dos casos de covid-19 junto aos povos indígenas e constatou que os números registrados pela SESAI não contabilizam os indígenas que moram nas áreas urbanas, além de apresentar defasagem entre os números reconhecidos e os apurados pelas organizações regionais indígenas, permitindo visualizar a subnotificação (Emergência Indígena - Plano de enfrentamento da covid-19 no Brasil disponível em https://emergenciaindigena.apiboficial.org/ Acessado em 10.10.2020)

47 - Ver https://www.brasildefato.com.br/2020/09/23/apib-rechaca-acusacoes-de-heleno-o-que-lesa-nossa-patria-e-a-omissao-do-governo
e https://blogs.correiobraziliense.com.br/4elementos/2020/09/18/lesa-patria-apib-responde-a-acusacao-do-general-heleno-em-rede-social/ Acessados em 19.11.2020.

48 - Ver https://apiboficial.org/2020/08/07/nota-de-repudio-contra-censura-a-coordenadora-da-coiab-nara-bare/ Acessado em 10.10.2020

49 - Documento Final da Marcha de Mulheres Indígenas “Território: nosso corpo, nosso espírito” 2019.

50 - Ver https://www.brasildefato.com.br/2020/03/21/falar-dos-corpos-indigenas-e-falar-da-historia-do-brasil-diz-ativista-do-rs Acessado em 12.10.2020.

51 - Ver https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/mulheres-indigenas-do-rio-negro-se-unem-na-luta-contra-a-violencia-de-genero Acessado em 11.10.2020.



FOTOGRAFIAS

Curadoria:
Déborah Guaraná

Capa:
Déborah Guaraná, 2019

Página 5, 21, 37,41 e 42:
Déborah Guaraná, 2019

Página 02: **Johnny Lye**, de Getty Images, em Canva, gratuito para organizações sociais.

Páginas 04, 33, 34: **Apib**. Marcha das Mulheres Indígenas

Página 08: **Raissa Azeredo** / Mídia Ninja. Aldeia Santa Cruz Ripá TI Pimentel Barbosa - município de Canarana Mato Grosso

Página 11: **Raissa Azeredo** / Mídia NINJA. Aldeia São Marcos, Terra Indígena São Marcos, Município Barra do garças, Mato Grosso

Páginas 14, 15, 16, 17, 52:
Katie Maehler / Mídia NINJA
Comunidade São Bernardo na região da Transacreana em Rio Branco.

Página 18: **Mídia Ninja.** Jornada de Sangue Nenhuma Gota a Mais, Bélgica.

Página 19: **Mídia Ninja,** 2014.

Página 30: **Sitah.** Título: Retrato de Watatakalu Yawalapiti, líder do Movimento de Mulheres do Xingu. Ensaio: Mulheres do Xingu. Disponível em: https://www.sitah.com.br/mulheres-do-xingu.

Página 39: **Marcelo Camargo** / Agência Brasil / EBC

Página 44: **Paralaxis**, de Getty Images, em Canva

Página 52: **Katie Maehler**. Comunidade São Bernardo na região da Transacreana em Rio Branco.

Página 53: **AngleToh**, de Getty Images, em Canva

Página 46: **FilipeFrazão**, de Getty Images, em Canva

Página 49: **Xeni4ka**, de Getty Images, em Canva

Página 57: **Thomas Greiger**, de Getty Images, em Canva

Elaboração:
Rivane Arantes, pesquisadora do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia e militante da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a partir do diálogo com a liderança indígena Telma Taurepang, Coordenadora Geral da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB) e parceira da AMB.

Projeto Gráfico e Diagramação:
Déborah Guaraná (SOS Corpo)

Revisão:
Fran Ribeiro (SOS Corpo)

Fontes:
Rajhahani Bold e PTSans

Recife, Novembro de 2020

SOS CORPO
Instituto Feminista para a Democracia

